



INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA DO PANTANAL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

A presente análise tem por objetivo avaliar a viabilidade técnica e econômica da contratação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada, diurna e noturna, para atender às necessidades do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, bem como fornecer informações necessárias para subsidiar o respectivo processo.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

O INPP necessita assegurar a continuidade do serviço de vigilância patrimonial armada, diurna e noturna, considerando que o contrato atual de nº 08/2018 (3017036), celebrado com a empresa Security Segurança LTDA, terá sua vigência encerrada em 25/05/2023, e não poderá ser mais prorrogado por força da limitação imposta pelo art. 57, II, da lei nº. 8.666/1993 (*Sessenta meses*). Este serviço é imprescindível e necessário para a segurança dos bens e das pessoas e para a funcionalidade das atividades administrativas e de pesquisa da unidade.

O parágrafo 2º do Art. 1º da Lei nº 12.954, de 05 de fevereiro de 2014, estabelece que o INPP tem por finalidade integrar e articular ações na região do Pantanal, promover novas iniciativas e propiciar o desenvolvimento de modelos e de bancos de dados para integrar a transferência do conhecimento gerado na região. Nesse sentido, somente é possível que o INPP cumpra sua missão caso seja dotado de um corpo de segurança patrimonial eficiente, de forma ininterrupta, por meio uma empresa terceirizada, especializada em vigilância e segurança patrimonial.

Ainda como justificativa e identificação da necessidade foi processado o documento SEI nº 10858403 gerado pela área requisitante da contratação. Portanto a solução a ser contratada deve atender as necessidades de vigilância patrimonial armada diurna e noturna, em razão do desempenho institucional depender necessariamente de uma boa infraestrutura e de um ambiente seguro, controlado, que elimine ou diminua substancialmente a sensação de insegurança pública, situação imperativa para garantir a operacionalização confiável e compatível com a dinâmica científica e administrativa do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal.

Considerando que os padrões de desempenho e qualidade da solução de serviços de vigilância patrimonial armada na sede do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal podem ser objetivamente definidos, a contratação consiste na execução de serviços COMUNS, conforme disposto no art. 14 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, independentemente da complexidade envolvida nos serviços. O serviço pode ser classificado como CONTINUADO, tendo em vista a essencialidade desse serviço e sua necessidade constante devendo ser prestado de modo ininterrupto para o bem do serviço público.

3. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante	Responsável
INPP	PAULO TEIXEIRA DE SOUSA JUNIOR

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, OBSERVADAS AS LEIS OU REGULAMENTAÇÕES ESPECÍFICAS, BEM COMO PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO**4.1. Serviço do tipo continuado:**

4.1.1. O serviço se caracteriza como contínuo pois é essencial para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente, de modo que sua interrupção pode comprometer, e até paralisar, as atividades realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal.

4.2. Práticas Sustentáveis para o serviço de vigilância patrimonial:

4.2.1. A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

4.2.2. São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa.

4.2.3. É responsabilidade da contratada a comprovação da formação técnica específica dos vigilantes, comprovadamente.

4.2.4. É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

4.2.5. É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

4.2.6. A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

4.2.7. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos de Proteção individual - EPI aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

4.2.8. A contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das normas internas e de Segurança e medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

4.2.9. Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

4.2.10. A contratada deverá observar a Resolução Conama nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

4.2.11. A contratada deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.

4.2.12. A contratada deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade.

4.2.13. É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

4.2.14. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

4.2.15. O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de Acordo de Nível de Serviço - ANS que assegure a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas com as seguintes condições:

- a) Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.
- b) Suspender ou interromper o serviço por dia, salvo por motivo de força maior.
- c) Permitir a presença de vigilante sem uniforme, em condições inapropriadas de apresentação ou sem crachá de identificação, por empregado e por ocorrência.
- d) não zelar pelas instalações do órgão, por posto e por dia.
- e) Deixar de fornecer os EPIs, quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades aos que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.
- f) não efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência.
- g) Deixar de observar as especificações de materiais de consumo e bens na prestação dos serviços.
- h) não adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental quando comparados a outros similares.
- i) Deixar de destinar de forma ambientalmente adequada os resíduos e materiais adquiridos e utilizados na prestação de serviço, por ocorrência.
- j) Deixar de observar a Resolução Conama nº 401/2008 para a aquisição de pilhas e baterias, por ocorrência.

4.3. da Contratação:

4.3.1. A contratação dos serviços será por meio de Contrato Administrativo, a ser assinado com a empresa vencedora do processo licitatório, por grupo de prestação de serviço (com base no Preço Mensal total), no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação para a celebração dele, e conforme Minuta de Contrato a ser fornecida juntamente com o Edital da Licitação.

4.4. Vigência contratual:

4.4.1. A vigência do contrato, seguirá todas as disposições do Anexo IX - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO, da IN nº 05/2017 - MPDG.

4.4.2. Será firmado pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do respectivo termo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5 ANOS, na forma do Art. 106 da Lei nº 14.133/21, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

4.4.3. A Administração deverá realizar negociação contratual para a redução e/ou eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação.

4.4.4. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

4.4.5. A Administração não poderá prorrogar o contrato quando:

- a) os preços contratados estiverem superiores aos estabelecidos como limites em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou
- b) a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade, suspensão temporária ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4.4.6. Também não se realizará a prorrogação contratual quando a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensão, no âmbito do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, enquanto perdurarem os efeitos.

4.5. O serviço de vigilância patrimonial armada deverá possuir as seguintes características, no mínimo:

4.5.1. finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio;

4.5.2. profissionais capacitados em curso de formação, empregados de empresa especializada, registrados no DPF, e responsáveis pela execução de atividades de segurança privada;

4.5.3. rondas ostensivas para observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entender oportunas;

4.5.4. fiscalizar comportamentos e atividades, regular e/ou manter a ordem pública, prevenindo ou reprimindo o cometimento de crimes, contravenções, infrações de trânsito e infrações às normas internas;

4.5.5. fiscalizar a entrada e saída de veículos, realizando vistoria do seu interior conforme norma interna do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal.

4.5.6. A contratação discorre de atividade meio da Administração, que deve ser executada de forma contínua exercida por empresa especializada. De acordo com o art. 15 da Instrução Normativa nº. 05, de 25 de maio de 2017, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.5.7. Em consulta ao Caderno de Logística – Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial, apresenta os principais aspectos da contratação no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, com as orientações:

4.5.7.1. Os empregados da CONTRATADA ficarão à disposição nas dependências da CONTRATANTE para a prestação dos serviços;

4.5.7.2. A CONTRATADA não compartilhará os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para a execução simultânea de outros contratos;

4.5.7.3. A CONTRATADA possibilitará a fiscalização pela CONTRANTE quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

4.5.7.4. Deverá ser firmado entre o Órgão/Entidade e a empresa CONTRATADA o **Instrumento de Medição de Resultado - IMR**, a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executados de maneira simultânea.

4.5.7.5. A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados.

4.5.7.6. São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa.

4.5.7.7. É responsabilidade da contratada a comprovação da formação técnica específica dos vigilantes, comprovadamente.

4.5.7.8. É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

4.5.7.9. É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente.

4.5.7.10. A contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

4.5.7.11. A contratada deverá disponibilizar os Equipamentos de Proteção Individual - EPI aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

4.5.7.12. A contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das normas internas e de Segurança e medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança.

4.5.7.13. Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental.

4.5.7.14. A contratada deverá observar a Resolução Conama nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

4.5.7.15. A contratada deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição.

4.5.7.16. A contratada deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade.

4.5.7.17. É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços.

4.5.8. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento.

4.5.9. O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de **Instrumento de Medição de Resultado - IMR** que assegurem a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas com as seguintes condições:

- a) Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.
- b) Suspender ou interromper o serviço por dia, salvo por motivo de força maior.
- c) Permitir a presença de vigilante sem uniforme, em condições inapropriadas de apresentação ou sem crachá de identificação, por empregado e por ocorrência.
- d) Não zelar pelas instalações do órgão, por posto e por dia.
- e) Deixar de fornecer os EPIs, quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades aos que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.
- f) Não efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência.
- g) Deixar de estabelecer cotas para mulheres e portadores de necessidades especiais, conforme definido no Termo de Referência.
- h) Deixar de observar as especificações de materiais de consumo e bens na prestação dos serviços.
- i) Não adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental quando comparados a outros similares.
- j) Deixar de destinar de forma ambientalmente adequada os resíduos e materiais adquiridos e utilizados na prestação de serviço, por ocorrência.
- k) Deixar de observar a Resolução Conama nº 401/2008 para a aquisição de pilhas e baterias, por ocorrência.

4.5.10. Por ocasião da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar a relação de todos os profissionais indicados para a prestação dos serviços, inclusive o preposto, devendo estes profissionais participarem da efetiva prestação do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de características equivalentes ou superiores, quando for o caso, com anuência da fiscalização do contrato e sem ônus para a CONTRATANTE;

4.5.11. No início da execução do serviço e durante toda a vigência contratual, os profissionais indicados para a prestação dos serviços, assim como o preposto, deverão possuir vínculo com a CONTRATADA, comprovado por meio da juntada de cópia da ficha de registro de empregado, ou da cópia do ato de investidura em cargo de direção, ou da cópia do contrato social ou ainda do contrato civil de prestação de serviços a fim de comprovar que este profissional pertence ao quadro da empresa, ou é seu diretor ou seu sócio.

4.5.12. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.5.13. A Contratada deverá cumprir, durante toda a vigência contratual, toda legislação pertinente ao seu âmbito de atuação, inclusive às normas internas do MCTI/Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal.

4.5.15. Por ocasião da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar a relação de todos os dos profissionais indicados para a prestação dos serviços, inclusive o preposto, devendo estes profissionais participarem da efetiva prestação do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de características equivalentes ou superiores, quando for o caso, com anuência da fiscalização do contrato e sem ônus para a CONTRATANTE;

4.5.16. No início da execução do serviço e durante toda a vigência contratual, os profissionais indicados para a prestação dos serviços, assim como o preposto, deverão possuir vínculo com a CONTRATADA, comprovado por meio da juntada de cópia da ficha de registro de empregado, ou da cópia do ato de investidura em cargo de direção, ou da cópia do contrato social ou ainda do contrato civil de prestação de serviços a fim de comprovar que este profissional pertence ao quadro da empresa, ou é seu diretor ou seu sócio.

4.5.17. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados, entre outros pertinentes ao serviço de vigilância patrimonial armada:

- a) Convenção Coletiva de Trabalho SINDESP/MT e SINDICATO DOS TRAB. EM AT. SEGURANCA, VIG PRIVADA, TRANSP DE VALORES E EMP EM EMPRESAS SEG ELETRONICA, ESC ARM, SEG PES, SEG ORGANICA E INV CBA, disponível em <<https://sindesp-mt.com.br/storage/convencao/167595787463e5167233c42.pdf>>.
- b) Instrução Normativa MPDG nº 05 de 2017, publicada em 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- c) Portaria nº 3.233/2012 - DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada.
- d) Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.
- e) Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e suas alterações - Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.
- f) Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- g) Normas do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e suas regulamentações.
- h) Portaria DPF nº 891 de 12/08/1999 - Institui e aprova o modelo de Carteira Nacional de Vigilante e respectivo formulário de requerimento, estabelece normas e procedimentos para sua concessão e dá outras providências.

- i) Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
- j) Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 - Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR.

5.1 LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS

5.1.1 Solução 1: Contratação de serviços por postos de trabalho

O modelo de contratação de serviço de vigilância patrimonial por postos de trabalho, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, é prevista na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, em seu [Anexo VI-A](#).

Sendo adotada preferencialmente uma das seguintes escalas de trabalho:

- a) 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;
- b) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;
- c) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;
- d) 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; ou
- e) 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

E excepcionalmente, desde que devidamente fundamentado e comprovada a vantagem econômica para a Administração, poderão ser caracterizados outros tipos de postos, considerando os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho da categoria.

5.1.2. Solução 2: Execução dos serviços utilizando somente servidores dos quadros próprios

A execução de serviços com base em quadro próprio de funcionários mostra-se inviável, visto que o INPP não possui dentro de sua carreira própria a previsão para a execução dos serviços em comento.

Ademais, os servidores do quadro próprio da Instituição não possuem habilitação e formação técnica e estão todos alocados nas atividades de gestão e planejamento do INPP. Sua alocação também para essas atividades é inadequada sob o ponto de vista de carga de trabalho, da legalidade e representa um inadequado uso de recursos humanos.

5.1.3. Solução 3: Contratação de serviços com remuneração baseada em demanda

A solução 3 representa uma situação que envolve a existência de uma faixa referencial de demanda e a respectiva produtividade do serviço.

5.1.4. Justificativa pela solução escolhida

Conforme análise exposta nos itens 3.1, 3.2 e 3.3, aponta-se que a solução 2 é inviável sobretudo por questões legais, bem como a solução 3 também por questões legais porque a IN nº 05/2017 - MPDG é clara quanto a contratação dos serviços de vigilância por postos de trabalho, ainda a Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2024 ([Link](#)) da categoria não prevê esse tipo de contratação, do mesmo modo consta no Caderno de Logística da prestação de serviços de vigilância patrimonial, cuja unidade de medida adotada consiste em postos de vigilância patrimonial. Assim, cabe avaliar a solução remanescente de número 1 que representa o modelo que foi utilizado pelo INPP em suas últimas contratações e é o modelo que melhor atende a legislação vigente sobre a prestação do serviço de vigilância patrimonial armada.

Pelo exposto a solução 1 foi escolhida para a contratação do serviço.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.

6.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

6.1.1. Prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada, diurna e noturna, para atender às necessidades do Instituto Nacional de Pesquisa do Penal - INPP;

6.1.2. Os serviços terão como escopo, dentre outros, correlatos:

6.1.2.1. Terceirização por postos de trabalho.

6.1.2.2. Quantidade de serviço: 01 (um) Serviço de vigilância armada - diurna e noturna;

6.1.2.3 Com o seguinte quantitativo/característica de postos:

GRUPO	ITEM	TIPO DE POSTO	QUANTIDADE POR POSTO	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	CBO
1	1	Vigilante 12x36hrs diurno	2	4	5173-30
	2	Vigilante 12x36hrs noturno	2	4	5173-30

6.1.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter nas dependências da CONTRATANTE, toda a mão de obra contratada para a realização dos serviços contínuos objeto deste documento, observadas todas as normas trabalhistas aplicáveis.

6.1.3. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços objeto deste documento, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE.

6.1.4. A CONTRATADA obrigar-se-á ao cumprimento do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme indicadores constantes no ANEXO II – Instrumento de Medição de Resultado – IMR, sujeitando-se às sanções financeiras por metas não atingidas.

6.1.5. A equipe de serviço será composta por profissionais qualificados e especializados com a seguinte qualificação, no mínimo:

- a) ser brasileiro ou brasileira;
- b) ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- c) ter sido aprovado(a), em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado;
- d) ter sido aprovado(a) em exame de saúde física e mental;
- e) não ter antecedentes criminais registrados;
- f) estar quite com as obrigações eleitorais e militares, conforme o caso;
- g) ter no mínimo Ensino Médio Completo;
- h) cursos complementares desejáveis (mas não obrigatórios): informática básica, atendimento ao público, prevenção e combate à incêndio e primeiros socorros;
- i) devem ser também observadas as prerrogativas determinadas no item 5.11; e
- j) possuir condicionamento físico adequado ao serviço.

6.1.6. A distribuição dos profissionais nas diferentes instalações da CONTRATANTE deverá ser avaliada e aprovada pela Fiscalização do contrato.

6.1.7. A execução dos serviços será por 12 (doze) meses e iniciará a partir da data de assinatura do contrato, devendo a CONTRATADA alocar a mão de obra nos respectivos locais e nos horários a serem fixados pela CONTRATANTE, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados.

6.1.8. A cada solicitação da CONTRATANTE para nova contratação, inclusive quando da necessidade de substituições, a CONTRATADA terá até 24 (vinte e quatro) horas para atendê-la, devendo, neste prazo, efetuar o recrutamento, a seleção e o encaminhamento dos novos profissionais às áreas demandantes, o profissional enviado poderá ser recusado pela fiscalização do Contrato. Nesse caso a CONTRATADA deverá em até 24 (vinte e quatro) horas disponibilizar novo profissional.

6.1.9. Os profissionais indicados para efeito de substituição deverão atender estritamente as exigências deste Termo de Referência e seus anexos, quanto à formação, capacidade técnica e física.

6.1.10. O preenchimento das vagas afetas às categorias profissionais será realizado após análise curricular submetida à aprovação da CONTRATANTE.

6.1.11. Aprovado pela CONTRATANTE o currículo indicado, o profissional será alocado pela CONTRATADA e dar-se-á início à contagem do tempo de disponibilidade do profissional, para fins de prestação dos serviços e de faturamento.

6.1.12. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA assegurar a prestação dos serviços durante os horários definidos pela CONTRATANTE.

6.1.13. A distribuição dos profissionais nos locais da CONTRATANTE deverá ser avaliada e aprovada pela Fiscalização do contrato.

6.1.14. A CONTRATANTE reserva-se o direito de, eventualmente, não solicitar a substituição do profissional (cobertura) e, nessa hipótese, as horas referentes ao posto vago serão deduzidas da fatura.

6.1.15. Os serviços especificados no contrato não excluem outros, de natureza similar, que porventura se façam necessários para a boa execução da tarefa estabelecida pela CONTRATANTE, obrigando-se a CONTRATADA a executá-los prontamente como parte integrante de suas obrigações.

6.1.16. A escolaridade e a formação de cada profissional deverão ser comprovadas pela CONTRATADA, mediante a apresentação de diploma e/ou certificado emitido por instituição legalmente reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

6.1.17. A comprovação acima referida será realizada a cada solicitação da CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA recrutar, selecionar e encaminhar toda a documentação para análise e aprovação da CONTRATANTE, de forma a respeitar o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para encaminhamento do novo profissional à área demandante.

6.1.18. A CONTRATADA manterá, durante todo o período de vigência do contrato, um Preposto, com fins de representá-la administrativamente, sempre que necessário, devendo indicá-lo mediante declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, números de identidade e do CPF, endereço e telefones fixo e de celular, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros.

6.1.19. O Preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

6.1.20. A empresa orientará o seu Preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

6.1.21. Na designação do Preposto é vedada a indicação dos próprios funcionários (responsáveis pela prestação dos serviços na CONTRATANTE).

6.1.22. O Preposto designado não necessitará permanecer em tempo integral à disposição da CONTRATANTE, devendo, contudo, serem observadas as exigências contidas no tocante à disponibilização de todas as informações requeridas, de forma a garantir o pronto atendimento a quaisquer solicitações da CONTRATANTE.

6.1.23. A CONTRATADA deverá instruir seu Preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da CONTRATANTE, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, desde que de acordo com a legalidade, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

6.1.24. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar - dentre outros que forem necessários -, os equipamentos, armas e utensílios, sempre nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário ou quando solicitada pela fiscalização do contrato:

Conjunto de Equipamentos (POR POSTO DE SERVIÇO) – Vigilante Armado	
Equipamentos	Quantidade
Revólver calibre 38, totalmente municiado, com capacidade mínima para seis cartuchos: a) cabo de borracha. b) ação: simples e dupla. c) sistema de segurança contra disparos acidentais através da barra de percussão.	01 (um)
Fiel retrátil compatível com revolver calibre 38.	01 (um)
Munição reserva compatível com revolver calibre 38 para o pronto carregamento da arma.	06 (seis)
Cinto de guarnição, confeccionado em nylon de alta resistência, tipo saque rápido com espaço para munição reserva: a) coldre de perna. b) com regulagem em velcro.	01 (um)
Algema descartável dupla bélica: a) injetada em nylon, sem emendas. b) travamento central, com 02 travas independentes, formando um oito. c) Resistente ao fogo.	02 (duas)
Apito profissional em metal com cordão em nylon.	01 (um)
Lanterna Holofote, profissional, Led T6, recarregável, tamanho grande: a) longo alcance. b) cordão de segurança. c) alimentação: bateria de Lítio, recarregável e bivolt. d) autonomia de 5 horas.	01 (um)
Lanterna tática, Led T6, recarregável, tamanho pequeno: a) com 2 baterias de longa duração. b) carregador duplo bivolt. c) com cordão de pulso. d) material: alta resistência, usinagem de pressão, dura, resistente a água.	01 (um)

Carga de reserva para lanterna tática tamanho pequeno.	01 (um)
Livro de Ocorrência. a) tipo Ata 100 ou 200 folhas.	01 (um)
Capa de Chuva em PVC: a) 280 micras de espessura. b) costura de ótima qualidade em solda eletrônica. c) com capuz. d) com forro de poliéster com mangas longas. e) fechamento frontal com quatro botões plásticos de pressão. f) tamanho compatível com os profissionais. g) na cor preta.	01 (um)
Rádio de comunicação profissional, móvel e portátil, com bateria recarregável, com as seguintes características mínimas: a) carregador rápido de mesa individual bivolt. b) comunicação em grandes áreas. c) comunicação sem interrupções, 10 horas de uso. d) 16 Canais. e) canal exclusivo de recepção. f) Led indicador de bateria. g) resistente a poeira e água.	01 (um)
Baterias reservas para Rádio de comunicação profissional, móvel e portátil, com bateria recarregável, para cada rádio.	01 (um)

Conjunto de Equipamentos (POR LOCAL DE EXECUÇÃO)	
Equipamentos	Quantidade
Rádio de comunicação profissional, móvel e portátil, com bateria recarregável, com as seguintes características mínimas: a) carregador rápido de mesa individual bi-volt. b) comunicação em grandes áreas. c) comunicação sem interrupções, 10 horas de uso. d) 16 Canais. e) canal exclusivo de recepção. f) Led indicador de bateria.	01 (um)
Baterias reservas para Rádio de comunicação profissional, móvel e portátil, com bateria recarregável, para cada rádio.	01 (um)
OBSERVAÇÃO: 1. Os locais de execução são: a sede do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal. Portanto será disponibilizado 01 (um) equipamento para o local. 2. A finalidade do equipamento é servir de reserva para os vigilantes e para o uso da fiscalização do contrato em comunicações com a equipe.	-

6.1.24.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPI que forem necessários para as atividades de seus funcionários na execução dos serviços, de acordo com a categoria profissional, promovendo sua substituição quando necessário.

6.1.24.2. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, compreendendo peças com qualidade e quantidade descritas, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

6.1.24.3. A Contratada fornecerá os uniformes necessários, para que os vigilantes, respeitadas as características dos gêneros e tamanho de cada um, estejam devidamente trajados e asseados, com cabelos e unhas aparados, barbeados e com aparência pessoal adequada, devendo a CONTRATADA repor **imediatamente** as peças dos uniformes em mau estado, quando vencer o período de troca ou quando a fiscalização do contrato determinar.

6.1.24.4. O uniforme deverá compreender, no mínimo, as seguintes peças do vestuário:

Conjunto de Uniformes – Vigilante Armado		
Quantidade fornecida	Periodicidade de reposição	Tipo de Uniforme
02 (duas)	Semestral ou quando necessário ou solicitado pelo fiscal.	Calça tática militar: a) tecido Ripstop. b) 6 bolsos (2 cargo, 2 faca frontais, 2 traseiros). c) Protetores de joelhos.
01 (um) par	Semestral ou quando necessário ou solicitado pelo fiscal.	Coturnos: a) em couro ecológico. b) cano de 23 ou 24 cm. c) solado costurado e vulcanizado. d) proteção no bico e na traseira de termoplásticos resinados. e) cor preta.
01 (um)	Semestral ou quando necessário ou solicitado pelo fiscal.	Boné com emblema da empresa.
02 (duas)	Semestral ou quando necessário ou solicitado pelo fiscal.	Camisas de mangas compridas com emblema da empresa: a) tecido Ripstop. b) leve e respirável.

		c) Protetores de cotovelos. d) fechamento principal e das mangas através de botões. e) presença de prega na parte posterior, permitindo uma melhor mobilidade dos braços. f) gola clássica.
01 (um) par	Semestral ou quando necessário ou solicitado pelo fiscal.	Meia militar cor preta.
01 (um)	Semestral ou quando necessário ou solicitado pelo fiscal.	Cinto: a) fita de Polipropileno. b) 01 (uma) fivela modelo 2 garras, em ferro ou aço, na cor preta.
01 (um)	Semestral ou quando necessário ou solicitado pelo fiscal.	Crachá em PVC, com foto 3x4 cm colorida (impressa no crachá) e identificação completa, incluindo tipagem sanguínea.
01 (um)	Semestral ou quando necessário ou solicitado pelo fiscal.	Colete Balístico Nível III-A: a) painéis com aplicação de hidro repelente. b) costuras do painel balístico com fio de Kevlar®. c) tecido capa: Ripstop. d) cor preta e) validade da placa balística: 5 anos.
01 (um)	Semestral ou quando necessário ou solicitado pelo fiscal.	Capa de colete Balístico com emblema da empresa: a) confeccionado em tecido Ripstop. b) porta Rádio HT removível. c) porta lanterna d) bolsos frontais com fechamento em velcro. e) alça de resgate nas costas reforçada em emborrachado. f) ajuste de tamanho com velcro e suporte com fechos tipo tic-tac na cintura, e nos ombros. g) fitas de acabamento em <i>nylon</i> com sistema em elástico para que não fique fitas soltas. h) revestimento interno em tecido aerado acolchoado com espuma de polietileno expandido para melhor transpiração e conforto. i) compartimento para acoplar placas de proteção na parte frontal e dorsal, com fechamento em zíper.
<p align="center">OBSERVAÇÃO:</p> <p>1. O uniforme utilizado pelos vigilantes deve ter sido aprovado pelo órgão responsável da Polícia Federal;</p> <p>2. A relação acima compreende apenas os itens mínimos do vestuário que deve o vigilante trajar diariamente, não excluindo a obrigação de a CONTRATADA fornecer outras peças não mencionadas, como japonas de frio, exclusivamente, adotadas como parte do uniforme, que deverão ser fornecidas, conforme as circunstâncias, em quantidade suficiente a atender às necessidades dos empregados e às condições de higiene e de zelo pessoal exigidas pela CONTRATANTE.</p>		

6.1.24.5. As peças devem ser confeccionadas com tecido Ripstop e material de qualidade, resistentes e com bom acabamento.

6.1.24.6. Os uniformes podem ser rejeitados, no todo ou em parte, caso a fiscalização comprove que o uniforme não possui a qualidade e a resistência devidas.

6.1.24.7. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

6.1.24.8. 02 (dois) conjuntos completos e novos, no início do contrato. Devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atenderem as condições mínimas de apresentação;

6.1.24.9. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada, logo após a entrega, ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

6.1.25. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

6.1.25.1. Observar, cumprir e fazer cumprir rigorosamente todas as orientações operacionais e administrativas emanadas pelo Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal;

6.1.25.2. Dar ciência ao Fiscal do contrato das ocorrências durante a prestação do serviço;

6.1.25.3. Preencher documentos relacionados com os serviços sob sua responsabilidade;

6.1.25.4. Zelar pela preservação do patrimônio do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal;

6.1.25.5. Colaborar com a Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e demais órgãos executores do sistema de segurança pública, especialmente quando houver distúrbios, acidentes ou qualquer tipo de sinistro;

6.1.25.6. Recepcionar e controlar a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e restrito, identificando-as, averiguando pretensões, e, se necessário, prestando informações ao público que estiver entrando ou saindo das dependências do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal;

6.1.25.7. Permanecer na área de seu posto de serviço no período determinado, somente ausentando-se quando autorizado pela autoridade competente ou, em caso de emergência, para prestar socorro;

6.1.25.8. Portar sempre o rádio transceptor individual, fornecido pela CONTRATADA, mantendo as baterias em bom estado de carga, devendo utilizar os equipamentos transceptores de maneira racional e compatível para a transmissão de mensagens exclusivas do serviço, observando, para tanto, o código de conduta das comunicações via rádio;

6.1.25.9. Permanecer constantemente atento ao serviço, observando e fiscalizando todas as movimentações suspeitas;

6.1.25.10. Não permitir a saída de bens pertencentes ao Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal sem a devida autorização;

6.1.25.11. Portar crachá de identificação de acordo com as normas estabelecidas pelo Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal;

- 6.1.25.12. Observar que as entradas e saídas das unidades do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal sejam realizadas somente nos locais previamente indicados;
- 6.1.25.13. Conduzir-se com urbanidade e educação, tratando a todos com respeito, procurando atender aos servidores, bolsistas, funcionários terceirizados, estagiários e demais usuários do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal com atenção e presteza;
- 6.1.25.14. Fazer uso de aparelho telefônico pertencente ao Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal somente em serviço, sendo expressamente vedado fazer ligações pessoais, interurbanas ou aceitar ligações a cobrar;
- 6.1.25.15. Manter-se com boa apresentação e higiene no trabalho, com postura compatível com as atividades de vigilância;
- 6.1.25.16. Portar-se com a devida discrição e comportamento reservado a respeito das atividades de seu posto de trabalho, mantendo sigilo das informações que detém em função da natureza de seu trabalho;
- 6.1.25.17. Verificar, diariamente, portas e janelas das dependências do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, conferindo se estão devidamente fechadas ao final do expediente e, no caso dos finais de semana, no início e no término de cada plantão de doze horas;
- 6.1.25.18. Realizar rondas periódicas durante o turno de serviço conforme procedimentos e rotinas de trabalhos estabelecidos pelos Fiscais do contrato;
- 6.1.25.19. Colaborar nos casos de emergência ou necessidade de evacuação das instalações, visando à manutenção das condições de segurança, conforme procedimentos e rotinas de trabalhos estabelecidos pela Fiscalização do contrato;
- 6.1.25.20. Somente permitir a entrada de bolsistas, estagiários, funcionários terceirizados fora do horário de expediente quando devidamente autorizados;
- 6.1.25.21. Somente permitir o acesso de pessoa que se negue a ser identificada por decisão e/ou autorização expressa da fiscalização do contrato;
- 6.1.25.22. Assumir o posto no horário regulamentar já uniformizado e de posse dos equipamentos e acessórios necessários para o desempenho de suas atribuições;
- 6.1.25.23. Controlar as entradas e saídas de veículos, bem como inspecioná-los, conforme orientação da fiscalização do contrato;
- 6.1.25.24. Permitir que portadores de necessidades especiais, idosos, gestantes ou aqueles a quem a lei destina tratamento especial tenham preferência de trânsito no acesso e nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, procurando ajuda-los, quando possível, no desembarque de veículos;
- 6.1.25.25. Adentrar nas áreas restritas somente em casos de emergência ou quando devidamente autorizado, registrando a ocorrência em livro próprio;
- 6.1.25.26. Não abordar autoridades ou empregados de outras áreas, para tratar de assuntos particulares ou de serviço que extrapolem suas atribuições;
- 6.1.25.27. Promover o recolhimento de quaisquer objetos e/ou valores encontrados nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal ou nas suas imediações, providenciando, de imediato, a remessa desses bens ao Fiscal do contrato;
- 6.1.25.28. Impedir a colocação e distribuição de cartazes ou faixas, nas áreas externa ou interna das unidades do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, salvo quando autorizado pelo Fiscal do contrato;
- 6.1.25.29. Proibir o ingresso de vendedores, usurários, pedintes, e assemelhados nas dependências do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, e/ou quaisquer outros tipos de comércio no Posto e imediações sem a devida e prévia autorização da fiscalização do contrato;
- 6.1.25.30. Conferir, na assunção dos serviços o bom estado da munição e do armamento, comunicando ao superior hierárquico, de imediato, qualquer anormalidade;
- 6.1.25.31. Devolver o armamento no ato da troca de serviço, em perfeito estado, relatando qualquer anormalidade verificada;
- 6.1.25.32. Quando portar arma, mantê-la segundo prescrito nos regulamentos do órgão competente, salvo em caso de ocorrência no serviço que justifique o saque;
- 6.1.25.33. Reportar ao Fiscal do contrato e relatar em livro próprio qualquer situação em que a arma tenha sido retirada do coldre;
- 6.1.25.34. Não fazer nenhum tipo de reparo ou alteração na arma e nas munições sob sua responsabilidade;
- 6.1.25.35. Não substituir, em nenhuma hipótese, a munição recebida;
- 6.1.25.36. Portar a arma com profissionalismo e responsabilidade, evitando seu manuseio desnecessário, ou ainda, entregá-la a outras pessoas, mesmo que qualificadas, salvo no caso de superior hierárquico para inspeção, ficando ciente de que a má utilização do equipamento é de sua inteira responsabilidade, ficando sujeito às penas cominadas pela lei em qualquer hipótese;
- 6.1.25.37. Retirar todas as munições da arma antes de transmiti-la ao seu sucessor, nunca repassar a arma carregada;
- 6.1.25.38. Controlar o acesso dos servidores e demais usuários autorizados, fora do horário de expediente, identificando-os segundo as normas do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal registrando sua entrada e saída em livro/documento próprio;
- 6.1.25.39. Acatar as ordens dos seus superiores e respeitar a hierarquia disciplinar;
- 6.1.25.40. Efetuar nos postos de serviços da CONTRATANTE, no mínimo, 02 (duas) rondas no horário diurno e 02 (duas) no horário noturno em horas incertas, essa ação deve ser realizada pelo Inspetor ou Técnico especializado da empresa, devendo ser comunicada, logo após a execução, ao Fiscal do contrato, com a entrega de relatório da ronda efetuada.
- 6.1.25.41. Executar outras tarefas correlatas da mesma natureza e nível de complexidade, relacionadas às atividades descritas neste Termo de Referência.
- 6.1.25.42. Os serviços especificados nos documentos que orientam e compõem o processo licitatório não excluem outros, de natureza similar, que porventura se façam necessários para a boa execução da tarefa estabelecida pelo Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, obrigando-se a CONTRATADA a executá-los prontamente como parte integrante de suas obrigações.

6.1.26. Caberá à CONTRATADA, sem prejuízo da fiscalização exercida pela contratante:

- 6.1.26.1. Coordenar e supervisionar a execução dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, zelando pela realização dos serviços de forma metódica e adequada;
- 6.1.26.2. Orientar os vigilantes para que sejam seguidas todas as determinações da fiscalização do contrato no Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, de acordo com as peculiaridades de cada posto, acompanhando e fiscalizando o seu cumprimento;
- 6.1.26.3. Acompanhar, fiscalizar e orientar os postos de trabalho, para o correto uso de uniformes e equipamentos, promovendo, a substituição de peças desgastadas ou que já não apresentem condições favoráveis de uso, bem como a reposição, de acordo com os prazos estabelecidos;
- 6.1.26.4. Orientar e exigir, dos profissionais, postura compatível com a sua atividade, observados os princípios elementares de higiene e apresentação pessoal;
- 6.1.26.5. Proceder ao controle de folha de frequência dos profissionais e solucionar qualquer tipo de carência logística verificada nos postos de trabalho;
- 6.1.26.5.1. A Contratada deverá fornecer e instalar nas dependências da Contratante cuja execução dos serviços demande no mínimo 10 (dez) funcionários equipamento de registro eletrônico de ponto, conforme especificações constantes na Portaria MTE nº 1.510/2009, sem ônus adicional para o

Contratante.

6.1.26.5.2. O sistema deverá registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade dos funcionários dos postos de trabalho, permitindo à fiscalização do Contratante o acesso aos respectivos dados;

6.1.26.5.3. Os empregados da Contratada deverão registrar no sistema eletrônico, indicado no item anterior, os horários de início e término de sua jornada de trabalho, bem assim os intervalos intrajornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o quantitativo mensal de horas de funcionamento de cada posto de trabalho;

6.1.26.5.4. A instalação do sistema de ponto eletrônico de controle de frequência não exime a Contratada da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos empregados alocados na prestação dos serviços;

6.1.26.5.5. A Contratada deverá fornecer e instalar o equipamento de registro eletrônico de ponto em até 5 (cinco) dias do início da execução do contrato; no mesmo prazo, a Contratada deverá substituir o equipamento em caso de defeito.

6.1.26.5.6. É de responsabilidade da Contratada fornecer todos os materiais e acessórios para a instalação, funcionamento, efetiva aplicação do controle de ponto de seus empregados e a manutenção preventiva e corretiva do equipamento.

6.1.26.6. Orientar os profissionais sob seu comando a que evitem abordagens às autoridades, sem que tenham sido instados para agirem desta forma;

6.1.26.7. Proceder às necessárias advertências aos profissionais que porventura cometam infração de dever funcional, orientando-os a seguir as prescrições de postura, respeito e urbanidade no trato com as pessoas;

6.1.26.8. Solucionar reivindicações apresentadas pelos profissionais alocados nos postos de trabalho, no que se refere à melhoria e à qualidade dos serviços, procurando, sempre, dar-lhes o devido retorno aos pleitos formulados;

6.1.26.9. Manter atualizada toda a documentação sob sua responsabilidade;

6.1.26.10. Fiscalizar todas as ocorrências, dando solução àquelas inerentes às suas atribuições, durante a execução do contrato;

6.1.26.11. Não permitir que os postos fiquem sem cobertura;

6.1.26.12. Prestar, por meio de relatório próprio, informações mensais ao Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal quanto à execução do Contrato;

6.1.26.13. Elaborar escalas de funcionamento dos postos;

6.1.26.14. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela fiscalização do contrato, no prazo assinalado pelo Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal;

6.1.26.15. Comunicar imediata e formalmente à fiscalização do contrato qualquer sinistro de que tomar conhecimento e que demande a intervenção de outras áreas, visando à segurança física das pessoas, instalações e patrimônio;

6.1.26.16. Coordenar, controlar e orientar, constante e permanentemente, o correto uso e porte de arma de fogo e colete balístico;

6.1.26.17. Providenciar a imediata substituição de armas e munições defeituosas ou danificadas, verificando sempre a validade da munição;

6.1.26.18. Registrar, em livro de ocorrência, os principais fatos do dia e enviá-los, via e-mail ou outro meio de comunicação, ao fiscal do contrato, diariamente, mantendo o banco de dados atualizados para a confecção de relatórios mensais e estatísticas diversas;

6.1.26.19. Solucionar as dificuldades dos empregados que eventualmente ocorram no transcorrer do plantão;

6.1.26.20. Fornecer ao Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, quando solicitado, e no prazo assinalado, todos os livros e formulários de controle utilizados nos postos de trabalho;

6.1.26.21. Responsabilizar-se integralmente pelos prejuízos advindos do uso inadequado irregular e ilegal de quaisquer armamentos, letais ou não, pelos vigilantes, cabendo-lhe arcar, inclusive com qualquer prejuízo a terceiros em decorrência das hipóteses acima.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. A estimativa de quantidade usou como parâmetro as contratações anteriores e a necessidade atual de profissionais de acordo com a perspectiva orçamentária do INPP e necessidade de ocupação permanente de novos espaços da unidade, como segue:

ITEM	TIPO DE POSTO	QUANTIDADE POR POSTO	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS	CBO
1	Vigilante diurno 12x36 horas	2	4	5173-30
2	Vigilante noturno 12x36 horas	2	4	5173-30

7.2 A unidade possui, aproximadamente, 4.941 m² de área construída e 13.535,01 m² de terreno. A estrutura da unidade é dividida em 3 (três) blocos, denominados I, II e III. Cada bloco possui salas de escritórios, copas, banheiros etc. A contratação abrangerá a alocação de um posto no bloco I e Bloco III do INPP, com o objetivo de monitoramento de todos dos pontos sensíveis do edifício do INPP, com possibilidades de rondas em todo o complexo.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A legislação exige, na fase preparatória do processo licitatório, especificamente, na composição do estudo técnico preliminar, uma “estimativa do valor da contratação”, conforme a Art. 18, § 1º, I, da Lei nº 14.133: “...estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação”.

8.1.1. Conforme o Art. 5º da IN SEGES nº 65, de 07 de Julho de 2021, a estimativa do valor da contratação deverá ser realizada por meio de fundamentada pesquisa de preços através de: **I**- Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; **II** - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; **III** - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente; **IV** - Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; **ou** Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

8.1.2 Com a finalidade de auxiliar na obtenção de preços dos serviços, segue um breve resumo de como e onde conseguir:

I - Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico: <https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>

II - Estudo sobre a Composição dos Custos dos Valores Limites Serviços de Vigilância - Mato Grosso 2019, disponível no endereço eletrônico: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/cadernos-tecnicos-e-valores-limites>

III - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente

IV - Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de

divulgação do edital;

V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

8.2.3. O preço de referência deverá ser obtido através de mapa de preços com a **média** dos valores pesquisados.

Como estimativa prévia dos custos envolvidos no processo, foi realizada pesquisa de preços referenciais de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 07 DE JULHO DE 2021, conforme tabela abaixo, sendo respeitados os parâmetros previstos nos artigos 3º 5º, obtendo a pesquisa abrangente, envolvendo, inclusive, a média de preços objetivos por meio da ferramenta Banco de Preços, que reúne preços de contratações similares de outros entes públicos. O resultado da estimativa conta do doc. SEI! nº 10929704 e está sintetizado na tabela abaixo:

Objeto: Contratação de serviços de de vigilância patrimonial armada, diurna e noturna, para atender às necessidades do Instituto Nacional de Pesquisas							
Item	Descrição	Quantidade de Postos	Preços Pesquisado (Valor unitário do posto de serviço)				Valor Médio
			COT-01	COT-02	COT-03	COT-04 - Banco de Preços	
01	Posto de vigilância patrimonial armada DIURNO. 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	2	R\$ 10.491,20	R\$ 11.718,52	R\$ 12.405,80	R\$ 9.031,34	R
02	Posto de vigilância patrimonial armada NOTURNO. 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	2	R\$ 11.331,38	R\$ 12.464,03	R\$ 13.184,89	R\$ 9.399,08	R
							VALOR MÍDIO
							VALOR SERVIÇO
							VALOR SERVIÇO

A metodologia aplicada para a obtenção do preço estimado foi a média aritmética dos valores dos preços pesquisados, adotada como método estatístico para o presente processo.

Quanto ao quesito da classificação do objeto nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, entende-se pela sua natureza como NÃO SIGILOSO.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 A contratação de serviços de vigilância patrimonial armada constitui objeto claro e único, impossibilitando sua contratação em múltiplos lotes para um único órgão. O fracionamento da solução significaria contratar múltiplos fornecedores para serviços de mesma natureza, o que não é vantajoso pela perda de economia de escala. Além disso, representaria entrave técnico pela gestão de múltiplos contratos de mesmo objeto, com todas as dificuldades técnicas decorrentes dessa integração indevida.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1 Considerando a natureza do objeto, a forma de contratação e a estrutura atual da unidade administrativa, o presente ajuste não se encontra correlacionado ou interdependente de outro, sendo um serviço especializado, contínuo e, perante a ótica do planejamento desta contratação presente ou futura no âmbito deste INPP, sendo que é uma contratação independente.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

11.1 A contratação está prevista no rol de contratações a serem realizadas em 2023 para consolidação da estruturação do Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal, promovida pelo Decreto nº [11.334](#), de 1º de Janeiro de 2023.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1 A contratação apresentada, além de atender as demandas conforme sustentadas nas motivações demonstrados no DFD, irá contribuir para:

- Resguardar a incolumidade do patrimônio público e das pessoas no âmbito do INPP;
- Garantir condições de segurança, estabilidade e consistência para o bom funcionamento das atividades finalísticas do órgão;
- Garantir adequada aplicação dos recursos públicos por meio da contratação de empresa especializada na atividade de vigilância armada (atividade meio), visando a atingimento do interesse público, por meio da consecução da missão do órgão, com eficiência e eficácia;
- Atender ao disposto no § 1º do art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, quanto à preferência pelo modo de execução indireto deste objeto, considerando que a administração não possui em seus quadros funcionais mão-de-obra adequada à função;
- Tornar os procedimentos internos mais eficientes e céleres, com aproveitamento de recursos humanos e de mão de obra especializada, apoiando e permitindo a concentração dos esforços dos servidores efetivos nas atividades finalísticas, as quais consistem em: I - Integrar e articular ações na região do Pantanal; II - promover novas iniciativas e III - propiciar o desenvolvimento de modelos e de bancos de dados para integrar a transferência do conhecimento gerado na região.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1 Em relação às adequações físicas do ambiente, considerando a natureza do serviço prestado e que se trata de nova contratação, em moldes semelhantes, de um serviço já em prestação na unidade administrativa, não se aplica a necessidade de alterações no ambiente físico do órgão ou, ao menos, não diretamente vinculadas a aquisição da solução.

13.2 Devido às recentes e constantes mudanças nas legislações relativas às contratações públicas e relativas à gestão e fiscalização de contratos administrativos, torna-se necessário a capacitação constante dos servidores que atuarão nas demandas de contratações, na gestão e na fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1 Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber.

- I - Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas do MCTI voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo:
- II - Economia de energia;
- III - Economia em materiais como copos e talheres plásticos descartáveis;
- IV - Economia de água;
- V - Reciclagem de lixo (separação do lixo);
- VI - Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, dentre outros semelhantes.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1 Com base no exposto acima, e em atenção à demanda de realizar estudos com vistas a viabilizar uma nova contratação de serviços de vigilância armada para INPP, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a equipe responsável pela planeamento do processo declara que a contratação pretendida é viável devido:

- a) À disponibilidade, uma vez que há no mercado empresas especializadas para atender à demanda;
- b) À possibilidade, uma vez que a demanda se enquadra na categoria de serviços comuns, que trata a Lei nº 10.024/19 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas encontrada no mercado;
- c) À exequibilidade, uma vez que a pesquisa de preços de mercado demonstrou que os valores referência para a contratação são compatíveis para os serviços pretendidos.
- d) À efetividade, uma vez que a disponibilidade, a possibilidade e a exequibilidade atendem à necessidade do INPP para a contratação dos serviços que são indispensáveis ao cumprimento de sua missão institucional.

15.2 A partir do presente estudo preliminares e em atendimento ao disposto no art. 24, inciso XII da IN 05/2017-SEGES/MPDG, a Equipe de Planejamento declara a contratação pretendida **VIÁVEL**, devendo prosseguir com a tramitação prevista.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

16.1. Fatores relevantes para dimensionamento dos Serviços

16.1.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

LOCAL DE EXECUÇÃO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT. POSTO
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA DO PANTANAL Av. Fernando Correa da Costa, nº 2367, Campus da UFMT, Bairro: Boa Esperança Cidade:Cuiabá -MT. CEP: 78060-900	1	Posto de vigilância armada diurno . (12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.)	2
		Posto de vigilância armada noturno . (12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.)	2

16.1.3. Para que a Licitante possa dimensionar adequadamente sua proposta de preços ela deverá considerar fatores diversos que possuem correlação direta à demanda esperada do serviço.

16.1.4. O horário de expediente normal do INPP é das 08 h às 12 h e de 13 h às 17 h, se segunda a sexta-feira.

16.1.5 As áreas, aproximadas do INPP: 4.941,06 m² (área construída) e 13.535,01m² (terreno)

16.1.6 O número e tipo de postos de vigilância foram definidos visando suprir as necessidades do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal, com base na área a ser coberta, sendo que a empresa vencedora do certame será responsável pelo fornecimento de postos vigiando diurnos e noturnos, bem como de todo material e equipamento necessários à execução das atividades, de forma indireta e contínua;

16.1.7. O INPP possui as seguintes instalações e características, entre outras: Blocos I, II e III.

16.2. Estratégia de continuidade da solução em caso de interrupção contratual

Evento 1: Problemas recorrentes no provimento dos serviços pela CONTRATADA

Ação Preventiva: Reforçar os controles contratuais no Termo de Referência para que as empresas tenham total ciência das obrigações contratuais e requisitos de qualidade do serviço, antes que ocorram incidentes posteriores.

Responsáveis: Equipe de planejamento da contratação.

Ação de Contingência: Caso a CONTRATADA apresente reiteradamente problemas na execução das tarefas demandadas, e viole de modo recorrente o **Instrumento de Medição de Resultado - IMR** estabelecido, não resta ação senão a rescisão contratual. O processo de seleção deve exigir requisitos que indiquem uma contratação adequada e segura para o INPP. No entanto, caso a rescisão seja um fato necessário, caberá ao gestor do contrato liderar uma ação de contratação emergencial que supra as necessidades mínimas de serviço operacional.

Responsáveis: Gestor do Contrato.

17. FISCALIZAÇÃO E PLANEJAMENTO:

Os servidores que serão responsáveis pela fiscalização e planejamento estão definidos no Documento de Formalização de Demanda (10827294).

(Assinado eletronicamente)
ALESSANDRO DA SILVA GALVÃO
Assistente em Ciência e Tecnologia
SIAPE 2061965

Referência: Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro da Silva Galvão**, Assistente em Ciência e Tecnologia, em 20/03/2023, às 13:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **10856299** e o código CRC **87DCCF8A**.